

# **Diretrizes para o Programa de Governo do DF 2023-2026 Federação Brasil da Esperança**

**Leandro Grass - Governador 2022**

**Olgamir Amancia - Vice-governadora**

---

## **OS DESAFIOS DO DISTRITO FEDERAL NO SÉCULO XXI**

---

O atual contexto histórico é desafiador.

Brasília encontra-se adoecida pelo crescimento estrutural da pobreza e da fome e pela alta do desemprego que, a partir de 2020, constitui causa central do empobrecimento da população, aliada ao aumento da precarização das relações de trabalho advinda da reforma trabalhista em 2017. Além disso, os investimentos na proteção social estagnaram no DF, aumentando o desalento da população.

Assim é que Brasília, fundada sob a égide de um futuro promissor, encontra-se com os olhos fixos no passado, expressando uma das maiores desigualdades sociais do Brasil, oferecendo poucas oportunidades para os jovens, denotando um desenvolvimento econômico excludente, insustentável e tendente à estagnação.

O mergulho nos problemas reais da capital do país trouxe um forte senso de urgência para a compreensão da sociedade do Século XXI e a superação de desafios estruturais do século passado, desafios esses que a geração dos pioneiros e pioneiras em Brasília, não puderam imaginar.

De fato, neste Século XXI, grandes desafios batem à nossa porta. Na base deles encontramos a urgência da própria resignificação nas relações humanas no âmbito individual e coletivo, com a inclusão dos grupos considerados vulneráveis para a construção da Sustentabilidade. A pandemia acelerou graves desafios de uma mudança civilizatória: deixar de considerar que tudo e todos são mercadorias.

As relações interpessoais, institucionais, governamentais e empresariais precisam mudar: o meio ambiente é mais do que a soma de recursos para o consumo e desperdício humanos e constitui a base da vida.

As pessoas precisam deixar de serem tratadas como “recursos”, cada vez mais baratos e homogêneos, não podem ser reduzidas a “*commodities*”. Pelo contrário, é da diversidade e criatividade humana que as civilizações se fortalecem e evoluem.

Dessa forma, o papel de cada pessoa e sua atuação na sociedade precisa ser resgatado, humanizado, respeitado e valorizado no contexto de relações sociais

mais justas, pacíficas, plurais e diversas na sociedade. O diálogo e a tolerância só se estabelecem em relações coletivas.

O centro da nossa atenção e cuidado são o ser humano e a natureza, seus seres e ecossistemas naturais, a partir de um conjunto de princípios, valores e práticas, expressas neste documento.

Estamos falando de uma nova era que demanda expressiva mudança de mentalidade e de cultura, com um grande esforço de superação da crescente distância entre as gerações. Afinal, a maior parte da população distrital é jovem e vive essa nova realidade, uma nova forma de ver e se relacionar com os outros e com o mundo.

Não existem pessoas felizes em ambientes degradados, sejam urbanos ou rurais. Não existem pessoas felizes enquanto mais da metade da população sofre violências e abusos por questão de gênero ou raça. Não existem pessoas felizes sem perspectivas de crescimento pessoal e profissional providas pela educação integral, formal e tecnológica, capaz de fazer desabrochar o potencial criativo e realizações associadas. Não existem pessoas felizes desempregadas, discriminadas, passando necessidades ou excluídas na sociedade, sem meios para a ressocialização.

Tampouco existem pessoas felizes sem um Estado forte, presente, profundamente democrático, justo, representativo, respeitoso e comprometido com a diversidade de formas de vida e crenças religiosas, capaz de diálogo com a sociedade e entre os Poderes da República, eficiente no uso dos recursos públicos e eficaz na implementação e monitoramento das políticas públicas. Um Estado para o conjunto da população, mas voltado prioritariamente para os que mais necessitam de sua ação.

O Distrito Federal tem pouco mais de três milhões de moradores, em uma dinâmica diária que envolve mais de 4,7 milhões de pessoas, considerando a atração que o DF exerce nos municípios do seu entorno imediato. Cerca de 96% da população reside nas áreas urbanas das 33 Regiões Administrativas.

Mudanças nas cidades são, portanto, fundamentais, já que constituem o “lugar de estar” da grande maioria da população. A manutenção das regiões de produção rural e áreas protegidas, com geração de emprego e renda, compõe o quadro dos desafios distritais nesta próxima gestão.

Aqui no DF, a segregação econômica é também espacial. Em que pese o empobrecimento da maioria da população, as pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente vivem em cidades mais distantes do centro. Estamos falando de mais de dois dos três milhões de habitantes nos dias de hoje.

Nesse processo de aceleração da vulnerabilidade, empobrecimento e exclusão social da população, a diversificação das atividades produtivas, com ampliação dos empregos para além dos tradicionais, bem como a reinclusão formal de um grande contingente de pessoas excluídas do mercado de trabalho, constitui um dos maiores desafios para o governo distrital na gestão 2023-2026.

O Distrito Federal tem diversas vantagens para construir um futuro mais próspero, equitativo e sustentável. Temos um poderoso encontro de culturas, a tenacidade, diversidade e pluralidade de um povo formado por imigrantes de primeira, segunda ou terceira geração. Temos uma maioria de população jovem

e em idade economicamente ativa. Temos excelentes universidades e centros de pesquisa; laboratórios científicos, tecnológicos e de inovação. Nossos profissionais bem formados e os servidores de carreira têm excelência técnica. Temos provimento de infraestrutura, que está muito acima da média municipal brasileira, denotando a qualidade de algumas instituições governamentais de referência.

Geograficamente, estamos no entroncamento da logística do continente sul-americano. Sediamos o centro das decisões do país. Em termos territoriais, temos espaços para crescer de forma planejada e orientada para a sustentabilidade, diversificando fortemente as bases produtivas com forte traço de inovação. E ainda contamos com o Fundo Constitucional e com baixo nível de endividamento público.

A guinada definitiva do DF em favor da transição ecológica, possibilitará a diversificação da economia dinâmica com expressiva geração de empregos e renda de novas tipologias, abrindo novos mercados e novas cadeias produtivas que precisam ser sustentadas ao longo do tempo.

São diversas as possibilidades para inclusão formal da população distrital em uma nova dinâmica econômica que priorize a descarbonização do DF em prol de processos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, criando resiliência ambiental, social, econômica e político-institucional. As vocações produtivas do Distrito Federal serão aprofundadas e desdobradas, com base no estabelecido na Lei da Sustentabilidade.

O direito das pessoas de viver numa cidade segura, saudável, próspera em oportunidades, não pode ser uma promessa que jamais se cumpre. Temos os meios, as tecnologias, o conhecimento necessário para criar soluções. E estamos orientados para a direção correta, a busca do bem-estar coletivo.

Brasília foi inventada para sediar a capital da esperança, a capital de todas as brasileiras e brasileiros, um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Precisamos nos reencontrar com nosso destino.

Bora junto!

## **SEREMOS O GOVERNO QUE LEVARÁ O DF A PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – NÃO TEMOS MAIS TEMPO A PERDER.**

Este documento apresenta nossa visão para o Distrito Federal e nossas diretrizes para o Governo que construiremos, de forma participativa, inovadora e com transparência. Está centrado no desenvolvimento pleno das pessoas e na retomada do papel do Estado como promotor do desenvolvimento sustentável. Tem como base o compromisso com a garantia dos direitos e o reconhecimento da diversidade, assim como a proteção às pessoas e o combate a todas as formas de violência, opressão, desigualdades e discriminações.

Sabemos que os problemas da vida das pessoas não estão divididos por área temática, seja na esfera pessoal ou coletiva. Eles são diversos, complexos e multifacetados.

O Governo engajado na solução desses problemas precisa de agilidade e visão integrada. Nossas propostas reconhecem que a vida dos cidadãos e cidadãs não está segmentada. O emprego e o trajeto ao trabalho estão relacionados à renda e à moradia, que dependem da educação e saúde, que são afetados pelo meio ambiente, cultura e desporto. A educação, o esporte e a cultura qualificam a vida e possibilitam melhores empregos e condições de vida. As áreas verdes possibilitam saúde e bem-estar, atividades físicas e culturais e enriquecem a vida social, reduzindo desalentos e melhorando o desempenho para o trabalho, e assim por diante.

Assim, nossa abordagem integra os diferentes temas, partindo do pressuposto de que as ações governamentais devem estar estruturadas em torno de visões abrangentes para Brasília – o futuro sustentável que queremos e podemos construir.

---

## 6 PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

---

Para uma expressiva ressignificação social, econômica, ambiental, cultural e político-institucional, os grandes desafios da gestão 2023-2026 estão organizados em cinco Eixos Estratégicos nos quais estarão inseridas as propostas. Dentre essas, destacam-se seis intervenções prioritárias:

- **Renda Cidadã:** *eliminar a fome e a extrema pobreza no DF, garantindo às famílias que estão nesta situação, em especial as chefiadas por mulheres, o pagamento de **valor em dinheiro** que permita o atendimento de suas necessidades básicas. Paralelamente, serão adotadas outras medidas de proteção social e implantadas políticas públicas que possibilitem **trabalho e renda** às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.*

Trata-se de priorizar políticas de proteção e assistência social relacionadas à promoção de condições objetivas e incentivos à qualificação de famílias em situação de miséria e de vulnerabilidade, com especial atenção à ampliação da participação econômica das mulheres, notadamente no ingresso e permanência feminina em empregos formais de qualidade, na política e nos espaços sociais. As mulheres constituem mais da metade da população economicamente ativa no Distrito Federal. Fazer por elas significa fazer por todo o DF.

- **Saúde Perto de Casa:** *Assegurar para **100%** da população atendimento médico perto de casa, em **clínicas da família**, em todas as cidades e na zona rural. Desenvolver o **Alô Saúde**, sistema de **atendimento básico virtual**, acessível por celular a qualquer hora.*

A saúde no DF precisa ser reequilibrada em favor da visão da prevenção e promoção da saúde junto às famílias, desconstruindo a hospitalização e medicalização como únicas possibilidades na manutenção da saúde, sem reduzir sua importância. Ademais, devem ser considerados elementos para a promoção da saúde humana, como ambientes urbanos de qualidade, redução da incidência de doenças cardiorrespiratórias advindas de emissões poluidoras, áreas verdes como sumidouros de carbono, captura de poluentes atmosféricos, tampão de ruídos e arborização para promoção de microclima mais agradável e como soluções para o manejo de águas pluviais, evitando alagamentos urbanos. Por outro lado, o aporte de tecnologia no sistema de saúde público distrital potencializará a ação dos profissionais de saúde.

· **Educação Total:** ampliar a *educação integral em **escolas em tempo integral***, com processos de ensino-aprendizagem significativos, práticas desportivas, artísticas, culturais, científicas e profissionalizantes e tecnologia necessárias para preparar crianças, adolescentes, jovens e adultos para a vida, para o exercício da cidadania e que permitam melhores conexões com o mundo do trabalho, priorizando as regiões mais vulneráveis. Garantir internet livre a essas comunidades, de forma a integrar os estudantes às oportunidades e conteúdos digitais disponíveis e possibilitar o desenvolvimento de novos conteúdos conectados com as realidades de cada um/uma.

A educação pública e gratuita, seja por meio do Ensino Fundamental e Médio obrigatórios, ofertando sempre que possível e progressivamente o modelo integral, aliado à formação profissionalizante e os cursos no Ensino Superior, constitui inegavelmente a condição de base para este avanço, potencializando a justiça social por meio de políticas afirmativas de gênero, de raça e de acessibilidade. Novos empregos verdes e sustentáveis deste Século XXI demandam novo compromisso de Estado com a Educação e capacitação formais.

· **Revolução no Transporte:** *Garantia do ir e vir por todo DF de maneira ágil, segura, barata, confortável e eficiente. Implantar **novo modelo de gestão pública e operação do transporte** para que o DF e as cidades vizinhas tenham um sistema eficiente e transparente e com redução da emissão de carbono, no qual os preços das passagens possam diminuir progressivamente, rumo à tarifa zero. Criar imediatamente o **Bilhete Ir e Vir**, com viagens múltiplas e sem limite nos ônibus e no metrô, sem acréscimo de valor para passageiros habituais.*

O direito de ir e vir com segurança e qualidade demanda um sistema de mobilidade robusto e justo, fortalecendo a mobilidade ativa (pedestres e ciclistas) em articulação com modais de transportes de média e alta capacidade (ônibus, BRT, VLT e metrô). A livre circulação das pessoas, por motivo de trabalho ou lazer, requer um sistema integrado que possibilite aos usuários de transportes públicos a garantia de expressiva redução do tempo gasto em deslocamentos.

Os modais de transporte coletivos e públicos de média e alta capacidade precisam ser priorizados a um custo justo para a circulação das pessoas, seja

por motivos de trabalho ou lazer. Trata-se do direito de ir e vir nas cidades e espaços do Distrito Federal.

- **Nova Economia:** *desburocratizar a concessão de licenças e autorizações e assegurar **crédito, microcrédito** e as condições necessárias para que haja investimentos em empresas inovadoras que gerem empregos nas cidades e no meio rural, colocando o DF nos parâmetros da economia sustentável do Século 21.*

Da falta de emprego derivam inúmeros outros problemas, dentre os quais a pressão sobre as famílias e o aumento da demanda por investimentos em políticas de proteção social.

A geração de novos empregos sustentáveis deve estar orientada às vocações sociais, ambientais e econômicas do DF, na lógica da ampliação e diversificação na geração de novas oportunidades de trabalho e renda advindas do enfrentamento das mudanças climáticas. Esta é a nova economia que queremos para o DF. Os empreendimentos inovadores receberão especial atenção em vista do potencial de solução para a dinamização de economia e geração de empregos.

O fortalecimento da cidadania é prioritário e acontece também mediante a redução do desemprego e das taxas de desocupação no DF, fomentando a autonomia, a criatividade e o esforço de indivíduos e grupos familiares.

Os grupos chamados “vulneráveis” constituem a maioria da população: são mulheres, jovens, população negra, pessoas com deficiência, entre outras, e precisam receber os incentivos necessários à entrada e permanência no mercado formal, preferencialmente mobilizando a criatividade para soluções inovadoras. É grande o total de pessoas desempregadas, subempregadas e insatisfeitas com o trabalho atual. Segundo IBGE, o DF tem 14,1% da força de trabalho procurando emprego (cerca de 300 mil pessoas), sendo 35% destas na faixa etária entre 18 e 24 anos.

- **DF em Paz:** *criar um **sistema integrado**, nas cidades e no meio rural, para combater todas as formas de violência, **proteger as pessoas e afastar o medo e a insegurança**. Esse sistema envolverá as comunidades, as polícias militar e civil e outros órgãos de governo que podem contribuir para efetivar a segurança no DF, e valorizará os profissionais de segurança pública.*

O DF apresenta números na média ou abaixo da média de ocorrências das grandes cidades brasileiras. Apesar disso, a sensação de insegurança e de medo é muito grande na população, especialmente em grupos vulneráveis, dentre os quais as mulheres, população negra e jovens, que constituem a maioria da população. O patrulhamento ostensivo de policiais militares em toda a cidade, 24 horas por dia, bem como a pronta-resposta dos bombeiros não é suficiente para reduzir essa sensação de insegurança.

Precisamos evoluir para um conceito de segurança cidadã e comunitária. Isto significa estabelecer de forma clara, transparente e continuada, diálogo entre a população e governo acerca de diversos aspectos, tais como os ambientes urbanos que potencializam essa sensação, dentre os quais extensas fachadas cegas e áreas sem iluminação, próximo ao trajeto das pessoas trabalhadoras; o papel das forças de segurança; o diálogo com a população, entre diversos temas.

---

## **EIXOS ESTRATÉGICOS**

---

### **1 ECONOMIA DINÂMICA, SUSTENTÁVEL, SOLIDÁRIA E SUSTENTADA AO LONGO DO TEMPO, COM RENDA DIGNA E NOVOS EMPREGOS DESCENTRALIZADOS NO TERRITÓRIO, EM PROL DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E JUSTIÇA CLIMÁTICA.**

Queremos um território cuja economia não dependa tanto dos gastos do governo ou da folha de pagamentos dos servidores públicos, onde empregos e valor sejam criados e as pessoas possam viver e assumir desafios com segurança.

Queremos desenvolver a capital federal sendo asseguradas novas bases tecnológicas, ecológicas e energéticas, formando jovens para além do serviço público ou para exportação de talentos.

Precisamos aproveitar a posição geográfica estratégica na cadeia de valor da logística em nível regional e nacional. A Lei da Sustentabilidade do DF já aponta a logística (atividades de natureza N4) como sendo estratégica para a diversificação da economia.

O Aeroporto Internacional de Brasília – o segundo do país em movimentação de passageiros e o único aeroporto da América Latina que dispõe de duas pistas paralelas com operação simultânea – pode expandir significativamente seus serviços de logística, bastando que sejam atraídos os investimentos necessários para a instalação dos equipamentos de armazenagem.

Nessa mesma perspectiva, o DF prevê, pela Lei da Sustentabilidade, a implantação de um *hub* logístico de convergência de ramais ferroviários na sua região sudoeste, preparando o DF para a integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, que tende a ser o segundo eixo de circulação de pessoas e mercadorias, nas próximas décadas, após o eixo Rio-São Paulo.

Por outro lado, uma das vocações inegáveis da Capital Federal emana dos setores de turismo, cultura e entretenimento. Os serviços associados a esses setores ainda são pouco explorados pelas empresas do Distrito Federal. É grande o potencial de atrair recursos externos e dinamizar segmentos os mais diversos, desde a cultura até o transporte, hospedagem e alimentação.

A centralidade geográfica, a condição de ser um *hub* nacional de conexões do transporte aéreo doméstico e rodoviário, o fato de ser a sede do Governo Federal, dispor de um grande parque hoteleiro ainda parcialmente ocioso nos finais de semana ao longo do ano, possuir equipamentos de boa qualidade para eventos profissionais, esportivos e culturais, são oportunidades atualmente desperdiçadas.

O DF apresenta uma fortíssima dependência energética das linhas federais que perpassam o DF, tornando-o mais vulnerável às mudanças climáticas. É muito pequena a autonomia do DF na geração de energia. A geração distribuída, além de reduzir o custo de energia para os consumidores privados, liberando recursos para outros fins, pode também gerar renda adicional com a oferta do excedente de energia para as empresas distribuidoras, além de beneficiar a área rural, que tem menor índice de cobertura da rede elétrica convencional.

As cidades e os espaços rurais e protegidos são fontes de valor sustentado, com diversificação da matriz produtiva do DF, realização de vocações distritais atuais e futuras, com amplificação de parcerias para a promoção da inovação. Faremos incentivos diretos ao desenvolvimento econômico mediante microcrédito e crédito.

Algumas vocações já estão claras para o DF: atividades de Tecnologia da Informação - TI, Biotecnologia, Agricultura Sustentável, Economia Criativa, Turismo, Cultura e suas relações com C&T&I e Logística, e demandam um olhar mais qualificado para impulsionarem o DF de maneira sustentável.

É fundamental articular essas atividades com outras que empreguem uma grande variedade de formações e de níveis de qualificação, para primeiro assegurar a inclusão social e produtiva e, paulatinamente, elevar os níveis de base da qualificação no DF.

O Distrito Federal deve ser capaz de fortalecer as microempresas com base em três pilares: fortalecer os ecossistemas empresariais e reduzir a burocracia, expandir os serviços financeiros e melhorar o acesso ao mercado.

A capital federal deve estimular a transição para uma economia circular e regenerativa de forma descentralizada, o que consiste em um sistema econômico que utiliza uma abordagem sistêmica para manter o fluxo circular dos recursos, por meio da adição, retenção e regeneração de seu valor, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Ou seja, produz a associação entre desenvolvimento econômico a um melhor uso de recursos naturais, lançando mão de novos modelos de negócios, bem como otimização dos processos de fabricação, com redução da dependência da matéria prima *in natura*, priorizando insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis.

A economia circular precisa envolver todo o DF. Nesse sentido, a descentralização econômica precisa ocorrer simultaneamente com a descentralização geográfica e modernização dos meios de transporte e mobilidade.

Almeja-se crescentemente que cada Região Administrativa desenvolva sua economia a partir de suas vocações, considerando os investimentos necessários



no fornecimento de energia, água, saneamento, e infraestrutura de telecomunicações, para fazer a transição para o modelo circular.

As ramificações da economia regenerativa são diversas, envolvendo a economia criativa até a logística face ao estabelecido na Política de Resíduos Sólidos. Também se estende à produção de alimentos.

A economia circular depende também de um sistema alimentar regenerativo, de menor custo, menos insumos químicos, maiores práticas preservacionistas e que dependa menos do transporte de cargas rodoviário de longa distância.

Essa é uma realidade que precisa ser reafirmada e fortalecida, já que o DF já demonstra historicamente ter aptidão, além do conhecimento e tecnologia necessários, para o desenvolvimento de um sistema de produção agroecológico local, fortalecendo vocações locais do cinturão verde distrital.

Sob todos os aspectos, verifica-se que a redução da dependência energética é possível para o DF, dadas as condições climáticas locais (período de seca de sete meses e alta incidência solar). O território tem competitividade para implantar a microgeração distribuída de energia eólica e solar, utilizando microgeradores eólicos e placas solares de uso privado, inclusive doméstico, fornecendo energia à rede. A modernização de Estado para a geração de energia por novas fontes e distribuição de energia é, portanto, fundamental para todos os aspectos da vida do território, notadamente na dimensão econômica.

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento socioeconômico está no fortalecimento da Política de Assistência Social como estratégia de combate à pobreza e à desigualdade social e promoção da inclusão social e produtiva, a fim de restabelecer a dignidade humana, com especial destaque ao Programa Renda Cidadã. Some-se a isso a necessidade de restabelecer o protagonismo dos Cras, Creas e Centros Pop nos territórios, como equipamentos de referência que articulam, integram as ações, acolhem as pessoas que necessitam da Assistência Social, viabilizam sua convivência, promovem autonomia e lhes garantem os mínimos sociais.

Vamos zerar a fila de atendimento nos Cras, reduzindo a demanda reprimida por meio do cadastramento no Cadastro Único para programas e benefícios sociais e eliminar a fome e dar alcance à segurança alimentar e nutricional para as famílias em situação de extrema pobreza. Para isso, o acesso a alimentos in natura e a alimentação preparada deve ser de fácil acesso, o que se pode efetivar mediante uma pluralidade de estratégias, além da transferência direta de renda em espécie, a concessão de cesta de alimentos adquiridos em programas de aquisição da agricultura familiar e acesso a refeições disponibilizadas em equipamentos como restaurantes comunitários e cozinhas comunitárias, que devem cobrir todas as regiões.

O reconhecimento de territórios de desproteção social para integração, articulação e coordenação local das políticas públicas possibilitará um governo integrado e presente na vida das pessoas, estruturado em cada um desses territórios, agindo orientado por dados para responder a demandas coletivas

locais, inclusive para grupos específicos reconhecidamente desprotegidos, como crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, negras, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, compartilhando da experiência acumulada pelas redes sociais locais, priorizando a participação cidadã e a construção de estratégias reais para os problemas vividos cotidianamente pela população em cada território.

A articulação das políticas sociais em torno do uso do tempo, distinto entre homens e mulheres, e a sobrecarga delas nos cuidados de familiares dependentes e do lar, vai permitir o reconhecimento e a valorização desse trabalho. As políticas de estímulo ao emprego e à renda que sejam sensíveis às desigualdades de gênero devem mitigar os efeitos mais profundos da crise e da recessão econômica dos últimos anos na vida das mulheres.

Ou seja, é preciso dinamizar a economia em setores-chave para as mulheres, sejam aqueles nos quais precisamos induzir e aumentar a presença feminina quanto naqueles com forte presença, incluindo o setor de turismo e a toda economia do cuidado. Fundamental ainda é o investimento na formação técnico-científica inclusiva, reequilibrando a participação das mulheres, população negra e de povos originários nos processos formativos e nos meios para incentivar a sua contratação em empresas de tecnologia no DF.

Vamos ainda fortalecer e promover a atuação territorializada das organizações da sociedade civil. É hora de reconhecer a presença, ação e resultados que essas organizações aportam para a população, do ponto de vista social, econômico e seu protagonismo no combate à pobreza e à desigualdade social nas mais diferentes áreas.

## **2 CIDADES PARA PESSOAS SAUDÁVEIS, SEGURAS E FELIZES.**

Projetada como a capital do futuro, e para todos os brasileiros, a segregação espacial socioeconômica e o crescimento populacional de Brasília geraram Regiões Administrativas que ficaram à margem de um desenvolvimento integral, humanizado, dinâmico e sustentável. Nesse quadro, na maioria dos casos o transporte público, a infraestrutura urbana e os equipamentos públicos chegaram depois das moradias, ou nem chegaram. Como consequência, empregos formais, serviços públicos, lazer e cultura estão até hoje concentrados no Plano Piloto.

Essa combinação de fatores gera a necessidade de deslocamentos diários de grande magnitude e pendulares (ida de manhã, volta ao final do dia, percorrendo longas distâncias) que encarecem o transporte, tornam o tempo das pessoas escasso e criam problemas de saúde relacionados a acidentes automotores e poluição atmosférica.

A qualidade de vida está diretamente relacionada aos padrões urbanos implantados na Capital. Também aí verificamos as desigualdades no acesso ao

bem-estar e ao bem comum, que apresentam grande discrepância, segundo as faixas de renda. Por exemplo, a porcentagem de ruas arborizadas varia diretamente conforme a renda domiciliar média, isto é, quanto menor a renda das regiões administrativas, menor é a porcentagem de ruas arborizadas.

Problemas gerados por esse modelo de ocupação do território incluem a impermeabilização do solo, que causa tanto a falta de água em tempos de seca quanto as enxurradas nos tempos de chuva; a ausência de áreas verdes para exercício e lazer e a inexistência de pontos de encontro tradicionais das cidades e que unem comunidades, como praças, ruas para pedestres ou equipamentos culturais.

Observando os dados relacionados à habitação, de acordo com a Codeplan, o Distrito Federal apresenta mais de 100.000 domicílios em situação de déficit habitacional, sendo distribuídos por unidade com problemas de coabitação (11.000), adensamento excessivo (11.800), precariedade habitacional (30.000) e ônus excessivo com aluguel (56.000). Devido ao acelerado crescimento populacional, a previsão é de um crescimento do *déficit* de 11.000 domicílios a cada ano entre 2020 e 2025. Ou seja, não há dúvida de que o DF precisa de uma estratégia eficiente e rápida de provisão habitacional, englobando a oferta de novas unidades, mas também locação social e uma política voltada a melhorias habitacionais.

Essa política habitacional tem que realmente se preocupar com as pessoas, dar condições para que possam escolher morar nos locais onde tenham rede de apoio, relações de vizinhança, em contraposição aos grandes conjuntos habitacionais em que as pessoas dissolvem as relações sociais que construíram ao longo da vida.

O que vemos na gestão atual é um total distanciamento do que se pode considerar uma política habitacional responsável e criativa. O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - Plandhis não avançou.

Em nosso governo, as intervenções nos territórios serão decididas a partir de análise e critérios relacionados à visão geral da política urbana, enxergando a interssetorialidade e a partir dos critérios de contribuição para a cidadania, acessibilidade, melhoria da qualidade de vida das pessoas, mobilidade e acesso a transporte, melhoria da autoestima da população e segurança pública.

Atuaremos de forma integrada, descentralizada e em diálogo permanente com a população, a fim de chegarmos ao nosso objetivo: a população do DF sentir-se segura, saudável e feliz.

Para isso, é preciso promover simultaneamente o desenvolvimento econômico, social, urbano e rural de forma descentralizada e sustentável. E garantir que a cidade se desenvolva ao longo dos eixos de mobilidade, linhas de metrô e corredores de transporte público, criando bairros vibrantes que abrigam empresas, residências para diferentes faixas de renda com áreas verdes, largas calçadas de pedestres e ciclovias e espaços que constroem comunidade. Isso só acontecerá mudando a lógica de crescimento existente, marcada pelo espraiamento urbano, grilagem de terras, e regularização-após-o-fato.

Vamos garantir o ir e vir por todo DF de maneira ágil, segura, barata e eficiente, por meio da implantação de um **novo modelo de gestão pública e operação do transporte** para que o DF e as cidades vizinhas tenham um sistema eficiente, confortável, transparente e com redução da emissão de carbono, no qual os preços das passagens possam diminuir progressivamente, rumo à tarifa zero.

Criaremos o **Bilhete Ir e Vir**, com viagens múltiplas e sem limite nos ônibus e no metrô, sem acréscimo de valor para passageiros habituais, viável financeiramente, começando imediatamente e avançando por etapas. Usaremos a expansão gradual das Linhas Tarifa Zero como estratégia para a descentralização urbana e econômica no DF, contribuindo para o desenvolvimento e para a qualidade de vida das pessoas.

Além disso, construiremos e implantaremos, de forma integrada e interssetorial, a Política de Qualidade de Vida **“DF em Paz”**, de forma a afastar radicalmente o medo e melhorar a sensação de segurança na população.

### **3 DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL PLENOS, ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, VIDA SAUDÁVEL EM TODAS AS IDADES, PROMOÇÃO DA CRIATIVIDADE, DIVERSIDADE HUMANA E PLURALIDADE DE IDEIAS.**

Desde 2015, o DF conta com seu próprio Plano Distrital de Educação – PDE - que prevê estratégias, ações e metas para a universalização e melhoria da qualidade da educação, com redução das desigualdades educacionais, valorização dos profissionais e foco no aluno. Infelizmente, suas metas não vêm sendo cumpridas. Mesmo antes do choque causado à educação pela pandemia do Covid-19, o GDF não vinha avançando na implementação do PDE e, em 2019, já somava um déficit educacional significativo.

Resgataremos o Plano Distrital de Educação – PDE -, que será nosso guia para a execução das políticas públicas da Educação, buscando avançar para o cumprimento de suas metas, o monitoramento anual e sua atualização, levando em conta todos os retrocessos que ocorreram a partir de 2019.

Além disso, fortaleceremos a Gestão Democrática no DF e promoveremos a desmilitarização das escolas públicas, debatendo com a comunidade.

Vamos construir junto com as pessoas, nos diversos territórios, uma política de formação em rede, inspirada nos princípios de Paulo Freire, tendo como temas geradores a cultura de paz, a saúde integral, o apoio e proteção social, a valorização e conexão entre saberes, o respeito à diversidade e a promoção da equidade, visando à superação das desigualdades e o fim das opressões e de todas as formas de violências e preconceitos.

Implementaremos as políticas de promoção da equidade para as mulheres, população do campo, negra, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população cigana e em situação de rua, LGBTQIA+ e indígenas em todas as áreas do governo. Porque não se combate desigualdades históricas de forma fragmentada e pontual.

Assim como na Educação, a política pública de esporte do DF não pode ser espaço para a reprodução e perpetuação de preconceitos, discriminação e estereótipos. Ao contrário, é necessário que se converta em um espaço inclusivo, que respeite a diversidade dos sujeitos e valorize cada um a partir de suas diferenças, combatendo a misoginia, o racismo, a homofobia, a transfobia e compreendendo que ser diferente não significa ser desigual.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o acesso universal à política de esporte pode – e deve – ser combinado a ações focalizadas em necessidades específicas de determinados grupos sociais, com o objetivo de ampliar seu alcance e garantir seu reconhecimento social.

Promoveremos a política pública de esporte como atividade formadora e orientadora de crianças e jovens e passível de plenitude para pessoas adultas e idosas, eficaz na educação de cidadania e orientadora de talentos.

A construção de uma política pública para o esporte com acesso universal e gratuito para a população do Distrito Federal deve ocorrer inicialmente com o aumento da abrangência dos programas e projetos, com destaque para maior capilaridade dos Centros Olímpicos pelo território do DF. Além disso, é necessário a elaboração de uma Lei Geral do Esporte no Distrito Federal, consolidando o esporte como uma política de Estado, prevendo a implantação de um Sistema Distrital de Esporte e garantindo a regularidade na destinação de recursos públicos para o setor.

Avançando para a Política de Direitos Culturais, entendemos que a Cultura é um direito e também potencial econômico. A Unesco declarou 2021 como o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável porque, enquanto enfrentamos as crises da pandemia e da mudança climática, seu potencial para impulsionar um desenvolvimento inclusivo e centrado no ser humano nunca foi tão relevante.

Toda a economia criativa – de arquitetura a artes cênicas, dança, música, artesanato, cinema, artes visuais, design, moda, tradições culturais – movimenta em torno dela um ecossistema de setores econômicos. Ela demanda serviços técnicos (iluminação, som, edição), insumos (cenários, figurinos, instrumentos), infraestrutura logística e equipamentos. Ela também impulsiona, indiretamente, setores como o de restaurantes, de transportes por aplicativos ou taxis, hotelaria e turismo – serviços que são dinamizados juntamente com a cultura.

Nossa política cultural olhará para os territórios a partir de uma lente grande angular, enquadrando toda a gama de tradições culturais de todas as regiões administrativas. Por isso, o sistema de fomento à cultura terá como prioridade fortalecer o ecossistema da produção cultural ao fomentar a economia criativa local.

Vamos aliar a estratégia de desenvolvimento cultural ao potencial turístico da Capital Federal – a produção cultural e artística aumentará a dinâmica econômica da cidade, gerando valor a partir da presença dos turistas, enquanto se aproveita do público ampliado pelos visitantes à cidade.

Queremos as cidades, os espaços rurais e protegidos como lugares para potencialização da compreensão e realização humanas, pessoais, profissionais, políticas, sociais e culturais.

Em relação à Política de Saúde, partimos do pressuposto de que não se promove Saúde de forma isolada, mas a partir da integração de políticas públicas. Saúde não é ausência de doença. Trabalharemos com a percepção ampliada de saúde nos territórios, considerando, além do acesso aos serviços e a qualidade do cuidado, aspectos da vida ligados à determinação social da saúde, como os direitos da cidadania e as condições de vida da população (em especial, o combate à fome, a geração de emprego, acesso à moradia, à educação e à cultura, esportes e lazer).

O Estado precisa cuidar das pessoas. E cuidar é proteger, evitar que elas precisem chegar a hospitais. E, caso cheguem, que sejam acolhidas e tratadas com dignidade.

Construiremos e fortaleceremos políticas para e com a juventude, contemplando as dimensões da cultura, saúde, educação, trabalho, renda e esporte, contribuindo com a implementação de espaços solidários e de apoio social, acolhedores e potencializadores da formulação de projetos de futuro, buscando superar a falta de perspectivas e as situações de riscos na dimensão da saúde mental.

Fortaleceremos a gestão pública do SUS como estratégia para ampliação do acesso às ações, aos serviços e às políticas, buscando maior qualidade da atenção à saúde, evitando desvios e desperdícios, cumprindo com o princípio constitucional de comando único, mas ampliando a descentralização administrativa, fortalecendo o papel das regiões de saúde e promovendo a articulação interfederativa na Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

Garantiremos acesso à saúde a toda cidadã e cidadão, em todas as regiões do DF, tendo a Atenção Básica fortalecida como porta de entrada prioritária no SUS e a regionalização efetiva das redes de atenção, a fim de garantir a continuidade do cuidado. A ampliação da cobertura da Atenção Básica garantirá 100% da população dos territórios, com vínculo estabelecido e acesso a uma equipe de Saúde da Família, superando vazios assistenciais e a sobrecarga de equipes, cumprindo as regras sobre percentual de famílias por equipes.

Queremos participação popular e gestão participativa no SUS, buscando maior protagonismo das pessoas e comunidades no processo decisório, desde as questões de priorização e fiscalização orçamentária aos aspectos práticos da organização do cuidado na política de saúde.

Promoveremos a interssetorialidade entre as políticas públicas, implementando ações de base territorial promotoras da participação em saúde, práticas de cuidado populares, integrativas, complementares e tradicionais, educação popular, arte e cultura, segurança alimentar e nutricional, economia solidária, farmácias vivas, agroecologia, permacultura, trabalho e lazer.

Entendemos que é preciso enxergar cada uma das Regiões Administrativas com suas especificidades e necessidades, com vistas a construir territórios saudáveis e sustentáveis, a partir de famílias e comunidades saudáveis. É assim que

conseguiremos superar as desigualdades sociais nos nossos territórios e garantir qualidade de vida para a população do DF.

Garantiremos o acesso público da população à rede de internet, compreendendo isso como fundamental para conquista da cidadania, da informação verdadeira e da participação popular plena.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, uma cidade propícia para o desenvolvimento do ser humano é aquela que provê qualidade de vida para todas e todos e onde qualquer pessoa exercita e desenvolve as suas capacidades e habilidades.

É antes de tudo uma cidade onde as pessoas têm seus direitos básicos garantidos, onde a pobreza extrema seja erradicada e onde a decisão sobre a ação governamental é tomada a partir da constatação que terá impactos diferentes sobre pessoas que se encontram em situações diferentes.

É uma cidade onde as mulheres têm seus direitos realmente garantidos, a partir de políticas públicas qualificadas e humanizadas. E isso vai acontecer quando fortalecermos e garantirmos o cumprimento de todo protocolo que garante a vida das mulheres, ampliando a Rede de Enfrentamento a todas as formas de violência que são cometidas.

Promoveremos a autonomia econômica das mulheres, por meio de parcerias com órgãos e instituições, ampliação de cursos de qualificação e capacitação profissional, inclusive em áreas tradicionalmente masculinas, considerando mulheres do campo e da cidade. Assim como promoveremos e trabalharemos a transversalidade das políticas públicas no atendimento da população LGBTQIA+ e da população negra e das pessoas com deficiência

Não há democracia plena enquanto tantas pessoas continuarem a ser agredidas ou mortas por conta de sua identidade de gênero e de sua orientação sexual. Nosso plano de governo está fundado na elaboração e implantação de políticas públicas que garantam o exercício dos direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão.

Criaremos estruturas orgânicas de implementação das políticas de promoção da igualdade racial nos territórios e em todas as pastas com políticas estratégicas para o desenvolvimento da comunidade negra, tendo como diretrizes a transversalidade, a descentralização, gestão democrática e territorialidade. Apoiaremos a elaboração e execução do Pacto a favor da vida da juventude negra, garantindo que as ações definidas sejam cumpridas.

#### **4 SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA AMBIENTAL COM ACESSO EQUITATIVO AO BEM PÚBLICO, TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E ENERGÉTICA COM DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA,**

## **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM PROMOÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.**

Os ativos ambientais, também chamados de Bens Comuns, apresentam-se desigualmente distribuídos no território. Dentre todos, a água constitui o elemento natural mais escasso que provoca vulnerabilidades no DF. De fato, um dos principais riscos para o desenvolvimento do Distrito Federal é o aprofundamento da escassez hídrica estrutural, uma vez que a capital federal está localizada no Planalto Central, berço das águas na forma de pequenos rios de baixa vazão.

Por outro lado, ao constituir-se destino de processos migratórios, o contingente distrital cada vez maior de pessoas depende de um mesmo estoque de águas. A consequência direta é o aprofundamento da escassez hídrica estrutural *per capita*.

As altas taxas de conversão do uso do solo, de rurais para urbanos, por meio da grilagem de terras e regularizações fundiárias, além de aprofundarem a tendência à conurbação entre os diversos sítios urbanos e a especulação imobiliária, enfraquecer a política de provimento habitacional formal e custar muito caro aos cofres públicos, também contribuem ativamente para piorar a escassez hídrica pelas altas taxas de impermeabilização advindas de padrões urbanos pouco resilientes, associados à liberação de águas subterrâneas como estratégia de provimento de água potável. Dessa forma, menos água se infiltra no solo rumo aos aquíferos, e menos água haverá no solo para manter a vazão de base que assegura o volume útil dos reservatórios de abastecimento público, enfraquecendo, ademais, as nascentes.

O controle da grilagem, a revisão qualificada dos instrumentos da política territorial e urbana, tal como o PDOT, LUOS, DIUR, aliada à real observância dos riscos ecológicos do território, constituem prioridade, não implementada até o momento, pelo poder público. A ocupação desordenada em área de recarga de aquíferos fragiliza os sistemas produtores de água. O sistema de distribuição de água potável apresenta níveis importantes de perda de água, aumentando a pressão sobre esses sistemas produtores.

No caso da zona rural, restrições no uso de água impactam fortemente a agricultura, notadamente a pequena agricultura local. A redução da renda dos produtores familiares constitui uma pressão para a venda ou parcelamento das terras, amplificando o problema da grilagem de terras, a conversão destas áreas para urbanas, agravando ainda mais a escassez.

Temos compromisso com o fortalecimento da agricultura sustentável, notadamente da agricultura familiar, que produz os produtos básicos da alimentação da população, e na redução do uso de agrotóxicos. No DF, o compromisso é de fortalecer a produção orgânica e agroecológica, descentralizada no território, livre de agrotóxicos e que demanda menos água para a irrigação.



Como polo de uma metrópole de fato, Brasília não tem se preparado adequadamente para enfrentar o aumento da pressão pelo uso dos serviços públicos distritais, tais como saúde, educação e transporte, pela população dos municípios que compõem a Ride. Há necessidade de maior diálogo do DF com os municípios, governos estaduais e federal para a efetiva função da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, nos termos da Lei federal complementar nº 94/1998.

De fato, além de sediar a capital brasileira, o governo federal e demais poderes, o Distrito Federal constitui a capital da Ride, com uma forte dinâmica de metrópole. O diálogo com o governo federal, além dos estados e municípios que compõem a Ride, tem sido insuficiente e fragmentado, em todos os sentidos

O GDF já teve uma estrutura administrativa forte e bem organizada. No entanto, atualmente grande parte dos órgãos requer renovação dos seus quadros técnicos concursados. Na atual gestão, diversos órgãos foram enfraquecidos. A antiga Agefis, agora Secretaria do DF Legal, tinha oitenta fiscais no Plano Piloto. Atualmente apenas dois estão nas ruas, monitorando a área tombada. Na Educação e na Saúde, assim como na Assistência Social, existe um déficit de profissionais face à demanda. A Novacap tem um quadro com pouquíssimos engenheiros para todas as obras associadas à urbanização do DF, sem conseguir sequer informar a localização espacial da rede de tubulações de drenagem pluvial. O mesmo ocorre com a Secretaria de Meio Ambiente, que conta com poucos servidores concursados em seu quadro. Um contingente grande de servidores já aposentou e as vagas foram extintas ou ocupadas por cargos de confiança, geralmente com nomeações de interesse político acompanhadas, em muitos casos, de desconhecimento técnico.

O Distrito Federal aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável há alguns anos. Esta tem sido uma bandeira de *marketing* político mas sem os desdobramentos decorrentes de efetiva tomada de decisão sobre o tema. É praticamente nulo o engajamento e foco da implementação das metas de ODS estabelecidas.

O DF possui um arcabouço legal básico para a construção da resiliência do território, a começar pelo estabelecido na Lei Orgânica e em diversas normas, dentre as quais destaca-se a Lei da Sustentabilidade - Lei Distrital nº 6.269/2019 que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do DF. Possui, ademais, diretrizes para o enfrentamento dos desafios das mudanças do clima, dentre os quais os Planos de Mitigação e de Adaptação, pouco conhecidos porque elaborados de forma pouco participativa e que precisam ser aprofundados. Ademais, diversas políticas públicas não foram implantadas, a exemplo da política distrital de direitos animais.

A Lei Distrital nº 6.269/2019 retoma e empodera o tema da sustentabilidade, buscando internalizar as diretrizes ao nível do planejamento e da gestão, trazendo em primeira mão os riscos de perdas de serviços ecossistêmicos estratégicos – porque impactam todo o Distrito Federal, assim como os riscos de vulnerabilização das pessoas.

A sustentabilidade constitui um conceito central para a nova economia com desenvolvimento produtivo sustentável, a inclusão socioprodutiva das pessoas, equilíbrio ecológico e o compromisso integral com a saúde e bem-estar da população. Trata-se da efetivação da transição ecológica e energética da economia dos diferentes territórios. Uma das estratégias mais importantes constitui o aumento da resiliência no território, não apenas no aspecto do meio físico, mas também do ponto de vista social e econômico, pela observância da localização espacial dos riscos ecológicos de perda de serviços ecossistêmicos estratégicos para o desenvolvimento do DF.

A transição ecológica diz respeito a uma nova estratégia de crescimento econômico, competitiva e eficiente em termos dos recursos disponíveis, descarbonizando as atividades econômicas. No DF, a diversificação das bases produtivas deve ser capaz de impulsionar a economia com tecnologias verdes, implantar transportes e negócios sustentáveis com efetiva redução de emissões de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e), reduzindo a poluição e estimulando e integrando as estratégias de mobilidade ativa.

Além disso, a transição ecológica depende da transição energética da economia, assegurando maior uso de energias renováveis, locais sempre que possível. O DF depende da hidroenergia produzida pelas hidrelétricas brasileiras, apresentando forte dependência dos linhões nacionais que cruzam o DF. Dessa forma, crises associadas a secas e rebaixamento do nível dos reservatórios impactam diretamente o DF. O potencial da energia solar está sub-representado nas prioridades governamentais até o momento. No entanto, nesse contexto, a questão da finitude dos recursos naturais e questões associada à eficiência na geração, distribuição e consumo de energia serão priorizadas.

Isso significa ampliar a discussão com a sociedade rumo à construção de pactos pela sustentabilidade para iniciar as bases e meios para uma economia de baixo carbono, capaz de dar suporte ao desenvolvimento sustentável.

O enfrentamento das mudanças climáticas possibilita uma revisita geral de como o Estado deve trabalhar. A descarbonização da economia contribui para o enfrentamento das mudanças climáticas e constitui um carro-chefe da sustentabilidade, demandando um olhar integral e integrado das prioridades.

O DF também dispõe de algumas ferramentas para a articulação transversal do tema, a começar pela plataforma de inteligência ambiental-territorial – Sisdia, instituído pela Lei da Sustentabilidade.

O Sisdia é um importante ponto de partida para o controle da grilagem de terras públicas e o estabelecimento de painel de indicadores do Distrito Federal, na construção de meios para aferir a efetividade e respostas de políticas públicas ambientais e territoriais, e esse sistema precisa ser realmente incorporado e fortalecido. Estamos falando da necessidade de modernização de Estado, adoção de tecnologias inovadoras, aprofundar a transparência, controle social, inclusão da população no monitoramento das políticas públicas.

As gestões do Conam - Conselho de Meio Ambiente - e do Conselho de Recursos Hídricos do DF – CRH - não os têm fortalecido. O processo de

licenciamento ambiental não incorporou plenamente os riscos ecológicos de perda de serviços ecossistêmicos em seus processos decisórios e pouco das diretrizes da Lei da Sustentabilidade. Não existe monitoramento real, continuado e transparente das condicionantes das Licenças Ambientais. Tampouco existem indicadores para o monitoramento das decisões territoriais, com fortíssimos impactos negativos ambientais.

No tocante ao saneamento, a produção de resíduos sólidos constitui um dos grandes desafios da humanidade e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade. No Distrito Federal, a gestão dos resíduos sólidos apresentou avanços nos últimos anos, principalmente com a construção do novo Aterro Sanitário de Brasília (ASB), que em 2021 fechou o ano com 3,1 milhões de toneladas de resíduos aterrados desde a inauguração, em janeiro de 2017.

No entanto, segundo levantamento do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), de dezembro de 2021, das 2,2 mil toneladas que são depositadas no ASB, anualmente, pelo menos 500 toneladas são de material reciclável. Esse dado indica que as cooperativas e associações de catadores, responsáveis pela triagem e revenda de materiais recicláveis, comercializaram apenas 35 mil toneladas de material no mesmo ano.

O alto volume de material reciclável enviado ao aterro reduz sua vida útil e limita sua efetividade ambiental e os investimentos públicos realizados.

Dadas as características da dinâmica territorial do DF, para a mitigação de Gases de Efeito Estufa – GEE é premente manejar as principais fontes de emissões, que são: setor de transporte, lixo e mudança do uso do solo, incluindo as queimadas.

No que diz respeito aos direitos animais, no Distrito Federal ainda não existe uma política pública que defenda e proteja os animais domésticos – cães, gatos e cavalos, conforme norteia nossa Lei Orgânica. Além disso, não existem diagnósticos ou estudos suficientes que qualifiquem essa problemática.

Nos últimos anos, houve um crescimento do número de animais de companhia em residências, muitos considerados como verdadeiros membros da família. Por outro lado, por falta de políticas públicas e legislação específica para esse grupo de animais, os casos de maus-tratos e de abandono também tiveram rápido crescimento.

Nosso compromisso é dar visibilidade às questões referentes à proteção animal, implementando as políticas públicas e uma carteira de serviços públicos articulados, em defesa de seus direitos e atuando de forma estratégica e no operacional de forma a evitar e combater fortemente os maus-tratos a esses seres.

Queremos e construiremos territórios e populações distritais resilientes, com gestão sustentável dos ativos ambientais (Bens Comuns), para fazer face às mudanças climáticas, com expressiva redução de emissões de GEE. O fortalecimento do Sistema Distrital de Meio Ambiente – Sisdimas e Sistema Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH/DF permite controle social e transparência sobre o conjunto de instrumentos das políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, com planejamento integrado, gestão

sustentável do Bem Comum do território e participação social nas decisões, em vista da construção de pactos de sustentabilidade, nos seus diferentes aspectos.

## **5 GOVERNO PARA E COM AS PESSOAS, INOVADOR, EFICIENTE E EFICAZ, DEMOCRÁTICO E TRANSPARENTE, EM DIÁLOGO PERMANENTE COM A POPULAÇÃO.**

A defesa da democracia, atacada incessantemente em níveis federal e distrital no período atual, constitui um dos eixos fundamentais de nosso plano de governo. Essa defesa passa pelo fortalecimento da democracia representativa, por meio da retomada do diálogo republicano e transparente com os demais poderes, mas também pela ampliação da democracia participativa, tornando o Governo do Distrito Federal um governo aberto, transparente e que atua junto da sociedade civil na construção de políticas públicas, tendo a garantia de direitos e o combate às desigualdades como norteadores.

Diante do avanço das tecnologias e aumento de plataformas disponíveis, que têm acelerado o tempo das coisas na sociedade, modificando as relações sociais, amplificando as distâncias etárias e ofertando um rol imenso de informações, inclusive sem segurança de curadoria e veracidade, há necessidade de repensar o papel do Estado, em todos os níveis.

A perspectiva de maior transparência e controle social precisa ser priorizada, desenvolvendo as funcionalidades e estruturas necessárias à facilitação de processos sociais e animação destes processos.

Observamos o recrudescimento do autoritarismo na tomada de decisão sobre planejamento, programas, ações e gestão, alimentando uma relação paternalista e clientelista com as populações do DF, particularmente as mais vulneráveis.

O diálogo com a população sobre os principais problemas estruturais do território e suas soluções potenciais inexistem e quando muito, justifica-se a participação social pela realização de audiência pública, sem que haja realmente um debate aprofundado com a sociedade.

Vamos incorporar ao Estado a cultura da participação social e transparência, traduzida em instrumentos eficazes para o exercício da transparência e do controle social.

Hoje, faltam meios e espaços de participação à população, particularmente no tocante aos problemas do território e forma de planejar as soluções.

Aprofundaram-se os problemas de falta de controle e monitoramento do território, acerca da grilagem de terras, com a desativação do Comitê de Governança Territorial, responsável pelas decisões de alto nível da estratégia de combate à grilagem e ações de pronta resposta coordenada entre órgãos.

Persistem os problemas fundiários, agravados com o tempo, devido, entre outros, ao aumento da cadeia dominial.

A regularização fundiária, tal como é feita, analisa caso a caso sem uma articulação entre escalas, dificultando a compreensão dos impactos sinérgicos sobre uma mesma sub-bacia, do ponto de vista das águas, solo, além de infraestruturas.

Ademais, não são analisados os padrões urbanos quanto à sua contribuição ao aumento da resiliência do território, nem tampouco se discute a corresponsabilidade dos proprietários de lotes na permeabilidade do solo, arborização no lote e responsabilidade com o manejo de águas de chuva para resolver os problemas de alagamento e microclima na cidade.

Essas questões e muitas outras, nos colocam o desafio de promover uma verdadeira reinvenção do modo de governar, trazendo para o centro do processo um inovador e real sistema de participação, a radicação da transparência como método e a utilização da tecnologia e ferramentas digitais para revolucionar a conexão entre a população e o Estado.

Nosso governo será promotor da cultura da paz social, com respeito à diversidade e pluralidade e capaz de diálogos permanentes, com participação social ativa e sustentada no tempo, que garanta a transparência radical.

Teremos um Estado inovador, capaz de modernizar-se para realizar uma gestão eficiente e eficaz do território; capaz de implementar de forma continuada políticas públicas de Estado, com monitoramento e instrumentos de avaliação; capaz de assegurar a sua transparência orçamentária junto aos conselhos e sociedade, facilitando também o acompanhamento pelos órgãos de controle e de repensar seu planejamento estratégico com rebatimento no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orgânica Anual – LOA, de forma a reduzir as interferências políticas pouco republicanas.

Um Estado também capaz de repensar sua estrutura, racionalizando-a e estabelecendo, sempre que couber, os perfis técnicos para ocupação de cargos; fortalecendo e saneando os regimentos internos; saneando e esclarecendo as relações entre os entes formuladores de políticas públicas (secretarias) e as suas instituições vinculadas.

Um governo mais próximo da população, mais transparente, capaz de soluções criativas e inovadoras e dotado de meios para maior controle social, com mais persistência no diálogo requer a articulação das intervenções prioritárias no contexto dos eixos estratégicos, o que irá permitir o olhar atento e generoso para as pessoas nas áreas rurais e nas cidades.

A crescente digitalização das relações sociais representa, ao mesmo tempo, uma obrigação de modernização e abertura do Estado, uma oportunidade para a ampliação da participação social e um risco de aprofundamento de desigualdades e de exclusão de segmentos vulneráveis da sociedade.

Nessa perspectiva, são indissociáveis o fortalecimento e a promoção da diversidade na participação popular, o aumento da transparência e do controle social, a transformação digital e o combate às desigualdades.

Esse processo será transversal e plural, reconhecendo particularidades setoriais, territoriais e populacionais e respeitando e acolhendo iniciativas e arranjos locais, com a realização do planejamento orçamentário participativo e orientado às metas do programa de governo, que contribuam efetivamente para o atingimento dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Assumimos o compromisso de criar um verdadeiro e amplo Sistema de Participação Cidadã, que contará com assembleias regulares nas Regiões Administrativas, Conselhos Setoriais, Conselhos de Desenvolvimento, com fluxo, gestão e monitoramento ligados diretamente ao Gabinete do Governador e núcleos presentes em cada Secretaria de Estado. Além de reconhecermos, valorizarmos e apoiarmos as Redes Sociais Locais em toda dinâmica de governança local.

E avançaremos para a realização de uma transformação digital, que representará a abertura de novos canais de comunicação e espaços de interação e deliberação entre cidadãos e cidadãos de todos os segmentos sociais e o governo, a melhoria da qualidade de serviços tanto presenciais quanto digitais, a adoção e o acesso equitativo a tecnologias emergentes e inovações sociais, a reafirmação do caráter coletivo e plural da participação social.

Porque sabemos que com o combate à desigualdade digital será possível incluir mais cidadãos e cidadãs nos processos políticos e, conseqüentemente, mais inclusão econômica, política e social.

---

**Isso tudo é possível**

**E é isso que nosso Governo vai fazer por você**

**e pelo Distrito Federal**

---